



**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA/MPS/INSS/MUNICÍPIO DE RIO
BRANCO/AC**

PROCESSO Nº 44000.000729/2015-46

**ACORDO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL,
POR SUA SECRETARIA DE POLÍTICAS DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL, COM A
INTERVENIÊNCIA DO INSTITUTO
NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E O
MUNICÍPIO DE RIO BRANCO/AC, PARA A
OPERACIONALIZAÇÃO DA
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.**

O **MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS**, CNPJ nº 00.394.528/0005-16, por sua **SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**, com sede na Esplanada dos Ministérios, bloco "F", 7º andar, Brasília – DF, CNPJ nº 00.394.528/0010-83, representada pelo seu Secretário de Políticas de Previdência Social, **BENEDITO ADALBERTO BRUNCA**, Identidade Nº 0610441-0 – SSP/MT CPF nº 012.420.648-42, conforme poderes que lhe são conferidos pela Portaria MPS nº 221, de 02 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 03 de abril de 2014, seção 2, página 1, doravante denominada **SPPS/MPS**, com a interveniência do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, entidade autárquica federal, CNPJ nº 29.979.036/0001-40, doravante denominado **INSS**, com sede na Esplanada dos Ministérios, bloco "F", 9º andar, Brasília – DF, representado por sua Presidenta **ELISETE BERCHIOLO DA SILVA IWAI**, Identidade Nº 136.621.430 SSP/SP, CPF nº 045.667.238-95, e o **MUNICÍPIO DE RIO BRANCO/AC**, inscrito sob o CNPJ nº **04.034.583/0001-22**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, com sede na Rua Rui Barbosa, 285, Centro, CEP: 69.900-901, representado por seu **Prefeito MARCUS ALEXANDRE MÉDICI AGUIAR VIANA DA SILVA**, Identidade Nº 1.215.235-8 SSP/AC, CPF nº 264.703.988-71, com a interveniência do **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - RBPREV**, com sede na Rua Alvorada, 411, 2º Andar, Bosque, CEP: 69.900-631, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **17.733.605/0001-94**, representado por sua Diretora Presidente, **Senhora RAQUEL DE ARAÚJO NOGUEIRA**, portadora da Identidade Nº 428965 SSP/AC, CPF nº 583.027.862-68, firmam este **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** para a operacionalização da compensação previdenciária.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Acordo, a cooperação técnica e administrativa para a operacionalização da compensação previdenciária de que tratam a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, o Decreto nº 3.112, de 6 de julho de 1999, e Portaria MPAS nº 6.209, de 16 de dezembro de 1999.



CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES RECÍPROCAS

São obrigações recíprocas dos Partícipes na execução deste Acordo:

I - processar, diretamente ou por meio dos intervenientes, os requerimentos de compensação previdenciária referentes às aposentadorias e pensões delas decorrentes, por meio do Sistema de Compensação Previdenciária - **COMPREV**, na forma definida pelo **INSS**;

II - manter cadastro atualizado de todos os benefícios objeto de compensação previdenciária;

III - transmitir mutuamente as Certidões de Tempo de Contribuição por eles emitidas, na forma estipulada pelo **INSS**;

IV - indicar, por meio do Anexo I deste Acordo, o nome do administrador da compensação previdenciária;

V - juntar aos requerimentos de compensação previdenciária os documentos especificados no Anexo I da Portaria/MPAS nº 6.209, de 1999;

VI - comunicar, nos termos do Anexo I da Portaria/MPAS nº 6.209, de 1999, qualquer revisão no valor do benefício objeto de compensação previdenciária, sua extinção total ou parcial, registrando tais alterações no cadastro do **COMPREV**;

VII - utilizar os recursos financeiros recebidos a título de compensação previdenciária somente no pagamento direto de benefícios previdenciários do respectivo regime ou na constituição do fundo previsto no art. 6º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;

VIII - observar cronograma estipulado pelo **INSS** para a totalização dos cálculos de créditos e débitos referentes ao mês e no lançamento dos mesmos no **COMPREV**;

IX - disponibilizar relatório dos valores a serem desembolsados ou recebidos, por meio do **COMPREV**, até o dia 30 de cada mês; e

X - efetuar o pagamento do valor apurado, conforme o disposto nas alíneas anteriores, até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês da apuração, em conta corrente indicada pelo respectivo regime.

2



Parágrafo Primeiro. Os regimes de origem procederão à análise e o cálculo dos requerimentos encaminhados pelos regimes instituidores, definindo os valores devidos a título de compensação previdenciária, subdividindo os mesmos em:

I - total do estoque, para as parcelas devidas no período de 5 de outubro de 1988 a 5 de maio de 1999; e

II - total do fluxo, para as parcelas devidas no período a partir de 6 de maio de 1999.

Parágrafo Segundo. O **COMPREV** gerará relatórios individuais em relação a cada requerimento e consolidados por regime instituidor com os respectivos valores de compensação previdenciária.

Parágrafo Terceiro. O **COMPREV** procederá à totalização referente ao passivo do estoque, ao fluxo atrasado e ao fluxo mensal na forma da legislação em vigor.

Parágrafo Quarto. Verificado o não cumprimento do disposto no inciso **VI** do *caput* desta Cláusula, as parcelas pagas indevidamente pelo regime de origem serão registradas imediatamente como débito do regime instituidor.

Parágrafo Quinto. Os intervenientes responderão por todas as rotinas operacionais acordadas pela **SPPS/MPS** e o **MUNICÍPIO** neste Acordo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações específicas do **MUNICÍPIO**:

I - manter atualizados os dados cadastrais de seu regime próprio de previdência social junto ao **MPS**, informando a incorporação ou exclusão de órgão ou entidade vinculados ou a mudança de endereço para correspondência;

II - disponibilizar e manter os equipamentos necessários, no seu âmbito, para a utilização dos sistemas referidos neste Acordo;

III - arcar com os custos inerentes a disponibilização, pelo **INSS**, do **COMPREV** e do Sistema de Óbitos – **SISOBI**; e

IV - indicar, por meio do administrador da compensação previdenciária a que se refere o inciso

IV do *caput* da Cláusula Segunda, o nome do gestor responsável pela operacionalização das rotinas previstas neste Acordo e dos demais servidores que operarão o **COMPREV**, por meio do Anexo II.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO INSS

São obrigações específicas do INSS:

I - disponibilizar ao **MUNICÍPIO** acesso ao **COMPREV** e ao Sistema de Óbitos – **SISOBI**;

II - fornecer as normas e manuais necessários à operacionalização deste Acordo, bem como orientar os servidores designados pelo **MUNICÍPIO**, para que possam operar os sistemas disponibilizados; e

III - efetuar, enquanto regime de origem, o enquadramento do laudo médico apresentado pelo regime instituidor, para fins de concessão de compensação previdenciária nos casos de aposentadorias por invalidez e pensão para dependente maior inválido.

CLÁUSULA QUINTA – DA OPERACIONALIZAÇÃO

Quaisquer diferenças porventura verificadas nos ajustes efetuados serão acertadas, conforme o caso, no ajuste subsequente à comunicação, com identificação da ocorrência.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS

O Acordo será implantado no prazo de trinta dias, contados da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União e vigorará enquanto houver obrigações financeiras decorrentes da compensação previdenciária.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA

Este Acordo poderá ser denunciado a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa de uma das partes, com antecedência mínima de sessenta dias, salvo na hipótese de infringência de quaisquer de suas cláusulas, caso em que à parte prejudicada poderá denunciá-lo imediatamente.



CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

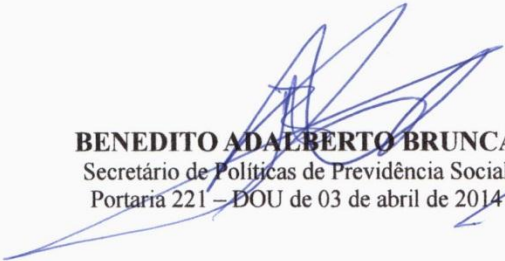
O MPS/SPPS providenciará, às suas expensas, a publicação no Diário Oficial da União, do extrato deste Acordo, no prazo e na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA NONA – DO FORO


É competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do art. 109 da Constituição Federal.

Firmam este Instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília, 12 de agosto de 2015.



BENEDITO ADALBERTO BRUNCA
Secretário de Políticas de Previdência Social
Portaria 221 – DOU de 03 de abril de 2014



**MARCUS ALEXANDRE MÉDICI
AGUIAR VIANA DA SILVA**
Prefeito de Rio Branco/AC



ELISETE BERCHIOL DA SILVA IWAI
Presidenta do INSS



RAQUEL DE ARAUJO NOGUEIRA
Diretora Presidente do RBPREV

TESTEMUNHAS:



NARLON GUTIERRE NOGUEIRA
Diretor do Departamento dos Regimes Próprios de
Previdência no Serviço Público



CLÁUDIO EZEQUIEL PASSAMANI
Secretário Municipal de Administração do
Município de Rio Branco/AC



PLANO DE TRABALHO

1 - DADOS CADASTRAIS DA UNIÃO

Órgão: Ministério da Previdência Social - SPPS			CNPJ: 00.394.528/0001-83	
Endereço: Esplanada dos Ministérios – Bloco F – 7º andar				
Local: Brasília	UF DF	CEP: 70.059-902	Nome do Responsável: BENEDITO ADALBERTO BRUNCA	CPF: 012.420.648-42

Órgão Interveniante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS			CNPJ: 29.979.036/0001-40	
Endereço: Setor de Autarquias Sul – Quadra 2 - Bloco O – 6º andar				
Local: Brasília	UF DF	CEP: 70.070-946	Nome do Responsável: ELISETE BERCHIOI DA SILVA IWAI	CPF: 045.667.238-95

2 - DADOS CADASTRAIS DO (ESTADO OU MUNICÍPIO)

Órgão: Município de Rio Branco/AC			CNPJ: 04.034.583/0001-22	
Endereço: Rua Rui Barbosa, 285, Centro				
Local: Rio Branco	UF AC	CEP: 69.900-901	Nome do Responsável: MARCUS ALEXANDRE MÉDICI AGUIAR VIANA DA SILVA	CPF: 264.703.988-71

Órgão Interveniante/ Instituto de Previdência do Município de Rio Branco – RBPREV			CNPJ: 17.733.605/0001-94	
Endereço: Rua Alvorada, 411, 2º Andar, Bosque				
Local: Rio Branco	UF AC	CEP: 69.900-631	Nome do Responsável: RAQUEL DE ARAÚJO NOGUEIRA	CPF: 583.027.862-68

PLANO DE TRABALHO

3 - DADOS DO PROJETO

Título do projeto: **COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA**

Identificação do Objeto:

Cooperação técnica e administrativa para a operacionalização da compensação previdenciária de que tratam a Constituição Federal, Art. 201, § 9º, a Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999, o Decreto nº 3.112, de 06 de julho de 1999 e alterações posteriores.

Justificativa da Proposição:

1. Viabilizar o cumprimento das normas legais sobre a compensação previdenciária referente às aposentadorias e pensões delas decorrentes e oferecer garantias jurídicas às partes acordantes para desembolsar ou receber valores enquanto forem devidos os citados benefícios previdenciários.
2. Impossibilidade de definição do prazo de duração do Acordo em decorrência da operacionalização do pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão somente se extinguir com o óbito do segurado.

Produtos Esperados:

1. Requerimentos da compensação previdenciária processados no sistema de compensação previdenciária – COMPREV;
2. Manutenção de cadastro atualizado de todos os benefícios objeto de compensação;
3. Sistema COMPREV permanentemente atualizado com os dados cadastrais e funcionais do ente federativo.
4. Relatório dos valores a serem desembolsados ou recebidos, por meio do COMPREV, até o dia 30 de cada mês e,
5. Pagamento dos valores apurados ao respectivo regime.

PLANO DE TRABALHO

4 - FASES DE EXECUÇÃO DO PROJETO

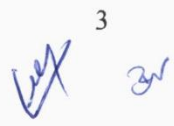
- 1.- Encaminhamento da documentação inicial pelo ente federativo – documentação constante do *site* deste Ministério.
- 2.- Elaboração do plano de trabalho e do Acordo de Cooperação Técnica (ACT).
- 3.- Assinatura do plano de trabalho e do ACT pela União e pelo Município
- 4.- Publicação e cadastramento do ACT no sistema COMPREV.
- 5.- Início da operacionalização pelo INSS e Município
- 6.- Pagamento dos valores apurados ao respectivo regime.

5 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros recebidos pelo regime instituidor a título de compensação financeira somente poderão ser utilizados no pagamento de benefícios previdenciários do respectivo regime e na constituição do fundo. (Decreto nº 3.112/99).

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS comunicará o total a ser desembolsado por cada regime de origem e instituidor até o dia trinta de cada mês, devendo o desembolso ser feito até o quinto dia útil do mês subsequente (Lei nº 9.796/99).



PLANO DE TRABALHO

7 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

- 1.-Os procedimentos operacionais serão efetivados pelo Instituto Nacional do Seguro Social e pelo ente federativo e dependerá do controle de qualidade e análise técnica dos requerimentos lançados no COMPREV, iniciando-se com a aprovação dos requerimentos cadastrados e finalizando-se com o óbito do servidor inativo ou do pensionista.
- 2.-A apresentação dos requerimentos de compensação previdenciária referente a cada benefício concedido a partir da promulgação da Constituição Federal e em manutenção em 05 de maio de 1999, será feita até o mês de maio de 2013, a partir da assinatura do Acordo.
- 3.-A apresentação dos requerimentos de compensação previdenciária referente a cada benefício concedido a partir da promulgação da Constituição Federal e em manutenção a partir de 06 de maio de 1999, será feita em qualquer data a partir da assinatura do Acordo.

Fundamentação:

Nota/MPS/CJ/Nº 94/2005 - Referência: Comando SIPPS nº 16751136

Parecer nº 347/2012/CONJUR-MPS/CGU/AGU – Referência: Comando nº 353328657

Parecer nº 348/2012/CONJUR-MPS/CGU/AGU – Referência: Comando nº 353328657

Local e data

SPPS/MPS

Local e data

INSS

Local e data

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO/AC

14. 04. 2015

Local e data

RBPREV



ANEXO I

FORMULÁRIO PARA INDICAÇÃO DO ADMINISTRADOR DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Nome do Ente Federativo/UF: Município de Rio Branco/AC		
Nome da Unidade Gestora (Instituto/Fundo): Instituto de Previdência do Município de Rio Branco - RBPREV		
CNPJ: 17.733.605/0001-94	Telefone: (68) 3222 8493	
Banco: Banco do Brasil		
Código do Banco: 001	Código da Agência: 3550-5	C/C: 8098-5
Nome da Agência: Rio Branco		

Obs.: Os recursos depositados na conta bancária acima informada serão utilizados exclusivamente para fins previdenciários.

DADOS DO ADMINISTRADOR DO COMPREV

Nome: Raquel de Araújo Nogueira		
Matrícula: 703224		Cargo: Diretora Presidente
CPF: 583.027.862-68	RG: 428965	NIT: 1.902.605.230-0
Data de nascimento: 15/12/1976		Sexo: F (x) M ()
Nome da mãe: Sandra Maria Braz de Andrade		
Endereço: Rua Marcelino Machado, 130, Bloco 4, Apto. 24		Bairro: Manoel Julião
Município: Rio Branco	UF: AC	CEP: 69.918-442
E-mail: raquelnogueira@globo.com	TEL: (68) 3222 7341	FAX:

Rio Branco/AC, de de .

MARCUS ALEXANDRE MÉDICI AGUIAR VIANA DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO II
FORMULÁRIO PARA INDICAÇÃO INICIAL E ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO
DOS OPERADORES DO SISTEMA COMPREV

(Lei nº 9.796, de 05.05.99; Decreto 3.112, de 06.07.99 e Portaria MPAS nº 6.209, de 16.12.99)


1. Ente da Federação/UF: Município de Rio Branco - Acre
2. CNPJ: 04.034.583/0001-22
3. Unidade Gestora: Instituto de Previdência do Município de Rio Branco – RBPREV
4. CNPJ: 17.733.605/0001-94
5. Autorização para operacionalização do Sistema COMPREV O Administrador do COMPREV identificado no campo 8, autoriza para os devidos fins e efeitos que as pessoas abaixo indicadas recebam senhas de acesso ao Sistema COMPREV, a fim de executarem todas as tarefas pertinentes à efetivação da Compensação Previdenciária entre o Ente e o RGPS e compromete-se a manter atualizadas as informações aqui prestadas, solicitando inclusão ou exclusão de representantes deste ente, sempre que ocorrerem fatos que as motivem.

6. IDENTIFICAÇÃO DOS OPERADORES DO SISTEMA COMPREV			
6.1 Nome: Gilberto Alves de Medeiros		Inclusão (<input checked="" type="checkbox"/>) Exclusão (<input type="checkbox"/>)	
E-mail: gilbest.ac@hotmail.com		Sexo: F (<input type="checkbox"/>) M (<input checked="" type="checkbox"/>)	Data Nascimento: 05/09/1962
Nome da Mãe: Francisca Alves Ossami			
CPF: 197.541.832-87	RG: 74407 SSP/AC	*NIT: 10850574088	
Endereço Residencial: Rua Francisco Neri, nº 221, APT 105		Bairro: Conjunto Solar	
Município: Rio Branco		UF: AC	CEP: 69.918-602
Servidor Ativo (<input checked="" type="checkbox"/>)	Servidor Inativo (<input type="checkbox"/>)	Contratado (<input type="checkbox"/>)	Consultoria (<input type="checkbox"/>)

6.2 Nome: Maria Gecilda Araújo Ribeiro		Inclusão (<input checked="" type="checkbox"/>) Exclusão (<input type="checkbox"/>)	
E-mail: gecildar@gmail.com		Sexo: F (<input checked="" type="checkbox"/>) M (<input type="checkbox"/>)	Data Nascimento: 08/02/1961
Nome da Mãe: Raimunda Péres Portela de Araújo			
CPF: 128.889.312-49	RG: 92032 SSP/AC	*NIT: 1083420674-6	
Endereço Residencial: Rua Abacate, 448		Bairro: Jardim São Francisco	
Município: Rio Branco		UF: AC	CEP: 69.901-003
Servidor Ativo (<input checked="" type="checkbox"/>)	Servidor Inativo (<input type="checkbox"/>)	Contratado (<input type="checkbox"/>)	Consultoria (<input type="checkbox"/>)

7. Dados da Empresa de Consultoria (preencher somente quando o operador indicado for de consultoria)	
Razão Social	
CNPJ:	

8. Identificação do Administrador do COMPREV (indicado no Anexo I):	
Nome :	Raquel de Araújo Nogueira
Cargo:	Diretora-Presidente do RBPREV
CPF: 583.027.862-68	Assinatura/Carimbo:
	Data: 27.03.2015


Raquel de Araújo Nogueira
Diretora-Presidente do RBPREV
Decreto nº 079/2015



GERÊNCIA EXECUTIVA - B - POÇOS DE CALDAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2015 - UASG 511853

Número do Contrato: 21/2014.
Nº Processo: 35147000175201360.
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2013. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 07996563000120. Contratado: MAISQUATRO EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP. Objeto: Quinto termo aditivo para prorrogação dos prazos de vigência e execução ao contrato de empresa especializada para elaboração de projetos executivos para obras de ampliação e reforma das unidades do INSS de Pouso Alegre e Itajubá, ambas vinculadas à Gerência Executiva do INSS em Poços de Caldas/MG. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e alterações. Vigência: 10/08/2015 a 30/08/2015. Data de Assinatura: 07/08/2015.

(SICON - 12/08/2015) 512006-57202-2015NE800001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL SUL EM FLORIANÓPOLIS
GERÊNCIA EXECUTIVA - B - EM MARINGÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 9/2015 - UASG 510695

Nº Processo: 35195000134201560.
DISPENSA Nº 9/2015. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 80891807000109. Contratado: CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES - DE VEICULOS AUTOMOTORE. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação do curso de formação de condutor, categoria "B", para segurado inscrito em Programa de Reabilitação Profissional desta Gerência. Fundamento Legal: Lei nº 8666/93, 9648/98, 9588/97, Dec. nº 2271/97, 2773/98, IN/CONJUNTA/SRF/STN/SFC/MF/Nº 01, de 09/01/1997. Vigência: 31/07/2015 a 31/07/2016. Valor Total: R\$1.900,00. Fonte: 151000000 - 2015NE800263. Data de Assinatura: 31/07/2015.

(SICON - 12/08/2015) 512006-57202-2015NE800001

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2015 - UASG 510695

Número do Contrato: 11/2014.
Nº Processo: 35195000092201486.
DISPENSA Nº 8/2014. Contratante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CNPJ Contratado: 03776284000109. Contratado: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI. Objeto: Prorrogação da vigência contratual por mais doze meses, bem como a inclusão de cursos ofertados pelo SENAI/PR em suas unidades de Maringá, Cianorte, Campo Mourão, Paranavai e Umuarama, previstos nos anexos I, II, III e IV do contrato. Fundamento Legal: Art. 57, II e 65, II, "b" da Lei nº 8.666/93. Vigência: 20/08/2015 a 20/08/2016. Valor Total: R\$144.997,00. Fonte: 151000000 - 2015NE800223. Data de Assinatura: 22/07/2015.

(SICON - 12/08/2015) 512006-57202-2015NE800001

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EXTRATOS DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

REFERÊNCIA: Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Políticas de Previdência Social, com a intervenção do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e o Município de Curitiba do Paraná/PR - Processo nº 44000.002414/2014-52.

OBJETO: Cooperação técnica e administrativa para a operacionalização da compensação previdenciária de que tratam a Lei nº 9.796, de 5/5/99, o Decreto nº 3.112, de 6/7/99 e a Portaria MPAS nº 6.209, de 16/12/99.

DATA DE ASSINATURA E VIGÊNCIA: 12/08/2015, com implantação dentro de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação no DOU, vigorando enquanto houver obrigações financeiras decorrentes da compensação previdenciária.

SIGNATÁRIOS: Benedito Adalberto Brunca - Secretário de Políticas de Previdência Social, Ricardo do Nascimento Martins Sales - Prefeito Municipal de Curitiba do Paraná/PR, Eliseite Berchiel da Silva Iwai - Presidente do INSS e Eliane Bertoldo Machado - Presidente do Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Municipais de Curitiba do Paraná - MURICI-PREV.

REFERÊNCIA: Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Políticas de Previdência Social, com a intervenção do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e o Município de Nova Ponte/MG - Processo nº 44000.001387/2015-81.

OBJETO: Cooperação técnica e administrativa para a operacionalização da compensação previdenciária de que tratam a Lei nº 9.796, de 5/5/99, o Decreto nº 3.112, de 6/7/99 e a Portaria MPAS nº 6.209, de 16/12/99.

DATA DE ASSINATURA E VIGÊNCIA: 12/08/2015, com implantação dentro de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação no DOU, vigorando enquanto houver obrigações financeiras decorrentes da compensação previdenciária.

SIGNATÁRIOS: Benedito Adalberto Brunca - Secretário de Políticas de Previdência Social, José Divino da Silva - Prefeito Municipal de Nova Ponte/MG, Eliseite Berchiel da Silva Iwai - Presidente do INSS e Carmen Lúcia Olivetto de Carvalho - Presidente do Fundo de Previdência do Município de Nova Ponte - FPNP.

REFERÊNCIA: Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Políticas de Previdência Social, com a intervenção do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e o Município de Cachoeira de Goiás/GO - Processo nº 44000.007908/2010-08.

OBJETO: Cooperação técnica e administrativa para a operacionalização da compensação previdenciária de que tratam a Lei nº 9.796, de 5/5/99, o Decreto nº 3.112, de 6/7/99 e a Portaria MPAS nº 6.209, de 16/12/99.

DATA DE ASSINATURA E VIGÊNCIA: 12/08/2015, com implantação dentro de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação no DOU, vigorando enquanto houver obrigações financeiras decorrentes da compensação previdenciária.

SIGNATÁRIOS: Benedito Adalberto Brunca - Secretário de Políticas de Previdência Social, Paulo Fernando de Souza - Prefeito Municipal de Cachoeira de Goiás/GO, Eliseite Berchiel da Silva Iwai - Presidente do INSS e Sandro Antônio Fernandes - Secretário do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Cachoeira de Goiás - IPC.

REFERÊNCIA: Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Políticas de Previdência Social, com a intervenção do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e o Município de Santana do Cariri/CE - Processo nº 44000.001214/2015-63.

OBJETO: Cooperação técnica e administrativa para a operacionalização da compensação previdenciária de que tratam a Lei nº 9.796, de 5/5/99, o Decreto nº 3.112, de 6/7/99 e a Portaria MPAS nº 6.209, de 16/12/99.

DATA DE ASSINATURA E VIGÊNCIA: 12/08/2015, com implantação dentro de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação no DOU, vigorando enquanto houver obrigações financeiras decorrentes da compensação previdenciária.

SIGNATÁRIOS: Benedito Adalberto Brunca - Secretário de Políticas de Previdência Social, Daniel de Abreu Machado - Prefeita Municipal de Santana do Cariri/CE, Eliseite Berchiel da Silva Iwai - Presidente do INSS e Eudovanyia Coelho Rodrigues - Diretora Presidente do Instituto de Previdência Social do Município de Santana do Cariri - PREVISAN.

REFERÊNCIA: Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Políticas de Previdência Social, com a intervenção do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e o Município de Brusque/SC - Processo nº 44000.001117/2015-71.

OBJETO: Cooperação técnica e administrativa para a operacionalização da compensação previdenciária de que tratam a Lei nº 9.796, de 5/5/99, o Decreto nº 3.112, de 6/7/99 e a Portaria MPAS nº 6.209, de 16/12/99.

DATA DE ASSINATURA E VIGÊNCIA: 12/08/2015, com implantação dentro de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação no DOU, vigorando enquanto houver obrigações financeiras decorrentes da compensação previdenciária.

SIGNATÁRIOS: Benedito Adalberto Brunca - Secretário de Políticas de Previdência Social, Roberto Pedro Prudêncio Neto - Prefeita Municipal de Brusque/SC, Eliseite Berchiel da Silva Iwai - Presidente do INSS e Célio Francisco de Camargo - Diretor Presidente do Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV.

REFERÊNCIA: Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Ministério da Previdência Social, por meio da Secretaria de Políticas de Previdência Social, com a intervenção do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e o Município de Rio Branco/AC - Processo nº 44000.000729/2015-46.

OBJETO: Cooperação técnica e administrativa para a operacionalização da compensação previdenciária de que tratam a Lei nº 9.796, de 5/5/99, o Decreto nº 3.112, de 6/7/99 e a Portaria MPAS nº 6.209, de 16/12/99.

DATA DE ASSINATURA E VIGÊNCIA: 12/08/2015, com implantação dentro de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação no DOU, vigorando enquanto houver obrigações financeiras decorrentes da compensação previdenciária.

SIGNATÁRIOS: Benedito Adalberto Brunca - Secretário de Políticas de Previdência Social, Marcus Alexandre Medeiros Aguiar Viana da Silva - Prefeita Municipal de Rio Branco/AC, Eliseite Berchiel da Silva Iwai - Presidente do INSS e Raquel de Araújo Nogueira - Diretora Presidente do Instituto de Previdência do Município de Rio Branco - RBPREV.

Ministério da Saúde

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATERIAL
E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2015 - UASG 250110

Nº Processo: 25000179476201415. PREGÃO SRP Nº 9/2015. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 10591391000110. Contratado: A V S COMERCIO DE CARTUCHOS PARA IMPRESSORAS E ARTIGOS. Objeto: Aquisição de cartuchos de toners originais e novos (primeiro uso). Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 11/08/2015 a 10/08/2016. Valor Total: R\$91.875,00. Fonte: 615100000 - 2015NE801059. Data de Assinatura: 11/08/2015.

(SICON - 12/08/2015) 250110-00001-2015NE800074

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 14/2015 - UASG 250005

Número do Contrato: 10115/2006, subrogado pela UASG: 250005 - DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE. Nº Processo: 250004468200618. DISPENSA Nº 972/2006. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 33584293000150. Contratado: PROVINCIA BRASILEIRA DA CONGREGAÇÃO DA MISSAO. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 10.115/2006, a fim de que se estenda para o período de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 01/01/2016 a 31/12/2016. Data de Assinatura: 11/08/2015.

(SICON - 12/08/2015) 250110-00001-2015NE800074

COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS GERAIS

EXTRATO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 554/2015 - UASG 250005

Nº Processo: 00475001374201551. Objeto: Aquisição de 84cp IIEP-CINAT 400MG. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Trata-se de Ação Judicial. Declaração de Dispensa em 07/08/2015. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO. Coordenador-geral de Análise Das Contratações de Insumos Estratégicos para Saúde. Ratificação em 07/08/2015. PABLO RANGELL MENDES RIOS PEREIRA. Diretor do Departamento de Logística em Saúde. Valor Global: R\$ 16.715,50. CNPJ CONTRATADA: Estrangeiro DYNAMICPHARMA.

(SICON - 12/08/2015) 250110-00001-2015NE800074

EXTRATO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 724/2015 - UASG 250005

Nº Processo: 25000095697201512. Objeto: Aquisição de 38fra SOLIRIS 300MG. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Trata-se de Ação Judicial. Declaração de Dispensa em 07/08/2015. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO. Coordenador-geral de Análise Das Contratações de Insumos Estratégicos para Saúde. Ratificação em 07/08/2015. PABLO RANGELL MENDES RIOS PEREIRA. Diretor do Departamento de Logística em Saúde. Valor Global: R\$ 856.963,18. CNPJ CONTRATADA: Estrangeiro MULTICARE.

(SICON - 12/08/2015) 250110-00001-2015NE800074

EXTRATO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 725/2015 - UASG 250005

Nº Processo: 25000140386201345. Objeto: Aquisição de 80fra CINRYZE 500U. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Trata-se de Ação Judicial. Declaração de Dispensa em 07/08/2015. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO. Coordenador-geral de Análise Das Contratações de Insumos Estratégicos para Saúde. Ratificação em 07/08/2015. PABLO RANGELL MENDES RIOS PEREIRA. Diretor do Departamento de Logística em Saúde. Valor Global: R\$ 412.056,00. CNPJ CONTRATADA: Estrangeiro M3 PHARMA.

(SICON - 12/08/2015) 250110-00001-2015NE800074

EXTRATO DE DISPENSA
DE LICITAÇÃO Nº 730/2015 - UASG 250005

Nº Processo: 25000226265201217. Objeto: Aquisição de 140fra ZEMAIRA 100MG. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Trata-se de Ação Judicial. Declaração de Dispensa em 07/08/2015. EDUARDO SEARA MACHADO POJO DO REGO. Coordenador-geral de Análise Das Contratações de Insumos Estratégicos para Saúde. Ratificação em 07/08/2015. PABLO RANGELL MENDES RIOS PEREIRA. Diretor do Departamento de Logística em Saúde. Valor Global: R\$ 76.846,00. CNPJ CONTRATADA: 62.969.589/0005-11 CSL BEHRING COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA.

(SICON - 12/08/2015) 250110-00001-2015NE800074

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Ministério da Saúde por meio do Departamento de Logística em Saúde notifica a empresa F&M ARQUES COMERCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA-EPP, CNPJ: 14.460.283/0001-69, a tomar ciência do inteiro teor do Despacho PENALIDADE à referida empresa consistente no impedimento de licitar ou contratar com o Ministério da Saúde pelo prazo de 1 (um) ano com o devido decréscimo do SICAF. Informa-se que a empresa possui 5 (cinco) dias úteis a partir desta publicação para apresentar RECURSO, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa e que lhe são facultadas vistas ao processo sancionatório nº 25000.007269/2014-51. Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo A, Sala 464-A, Brasília-DF. CEP: 70.058-900.

PABLO RANGEL MENDES RIOS PEREIRA
Diretor